

## A educação a distância na formação de agricultores no Sul do Rio Grande do Sul

*Urbanization processes in Córdoba province, Argentina.  
Towards an “empirización” of the time*

**Lilianna Bolsson Loebler**

**Rosane Bernardete Brochier Kist**

**Marco André Cadoná**

Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil

---

**Resumo:** Este artigo apresenta dados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar as implicações do Curso Técnico em Agricultura, integrante do Programa e-Tec Brasil, para a formação de agricultores e para o desenvolvimento da agricultura nos municípios de São Lourenço do Sul e de Canguçu. Realizou-se um estudo de enfoque qualitativo, com base no método dialético crítico, da qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 22 alunos dos Polos de Canguçu e de São Lourenço do Sul, e com 19 profissionais do Campus de Alegrete, integrantes de um Curso em Agricultura na modalidade a distância, ofertado na região sul do Brasil. A análise dos dados ocorreu através da técnica de análise de conteúdo e da técnica de tratamento estatístico simples. Constatou-se que a Educação a Distância pode ser uma das estratégias adotadas para suprir as necessidades de formação de jovens e adultos que vivem no meio rural, tornando-os mais qualificados para o exercício de atividades produtivas no setor agrícola. Entretanto, se reconhece que ainda há necessidade de qualificar estes espaços e de se garantir que os agricultores tenham o acesso às tecnologias de comunicação necessária para assegurar a interface com os professores e tutores, possibilitando, de fato o processo de democratização da educação proposto a partir da criação desta modalidade de ensino.

**Palavras-chave:** Educação a Distância. Tecnologias de inovação e comunicação. Formação de agricultores.

**Abstract:** This article presents the data from a survey aimed to analyze the implications of the Technical Course in Agriculture, part of the Program e-Tec Brazil, on the train of farmers and the development of agriculture in tow towns: São Lourenço do Sul and Canguçu. A study with qualitative approach was conducted, based on the critical dialectical method, 22 students from Centers of Canguçu and São Lourenço do Sul were interviewed using a semi-structured form, another 19 professionals from Campus Alegrete, members of an Agriculture Course in distance offered in southern Brazil were also surveyed. Data analysis was carried out through the content analysis technique and simple statistical analysis technique. It was found that distance education can be one of the strategies adopted to meet the training needs of young people and adults living in rural areas, making them more qualified for the exercise of productive activities in agriculture. However, it is recognized that there is still need to qualify these spaces and to ensure that farmers have access to communication technologies necessary to ensure the interface with teachers and tutors, allowing, in fact the process of democratization of the proposed education from the creation of this learning mode.

**Keywords:** Distance education. Innovation and communication technologies. Formation of farmers.

---

## Introdução

A Educação a Distância surgiu no Brasil ainda no século XX, mais especificamente a partir da década de 1920, quando a Rádio Sociedade Rio de Janeiro (em 1923) ofereceu o primeiro curso radiofônico, colocando o rádio como uma “ferramenta na difusão dessa modalidade de ensino” (CAMPOS, 2010, p. 5). Na década de 1940, uma parceria entre o SENAC (Serviço Nacional do Comércio), o SESC (Serviço Social do Comércio) e emissoras de rádio de São Paulo impulsionou a criação da Nova Universidade do AR – UNIAR, com o objetivo de oferecer “cursos comerciais radiofônicos” (CAMPOS, 2010, p. 05).

Entretanto, foi especialmente a partir dos anos de 1990 que foi realizada umas das primeiras Licenciaturas Plenas em Educação Básica (1º a 4º séries do 1º grau), na modalidade de ensino a distância, especificamente no ano de 1992, criada através de um projeto apoiado pelo Núcleo de Educação a Distância do Instituto de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), pela Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), pela Secretaria de Estado de Educação (Mato Grosso) e pela Tele-Universite Du Quebec (Canadá). Especialmente a partir do ano de 1995 houve uma expansão da internet nas instituições de ensino superior tendo ocorrido a primeira regulamentação do Ensino a Distância no Brasil em 1996, através da LDBE (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Posteriormente, no ano de 1997, foram criados ambientes virtuais de aprendizagem em universidades públicas e particulares e houve a possibilidade de Credenciamento Oficial, a partir de 1999, de Universidades brasileiras para atuarem em Ensino à Distância (CAMPOS, 2010, p. 05-07).

Cabe assinalar, nesse sentido, que a partir da década de 1990, com o desenvolvimento da internet no Brasil e na medida em que as tecnologias de informação (computadores, telefonia, a própria Internet) tiveram maior acesso público, as condições históricas de realização de cursos a distância se ampliaram. A própria Educação a Distância ganhou

novos contornos a partir daquela década, se aproximando cada vez mais de um modo de ensino capaz de possibilitar maior autoaprendizagem aos estudantes através das “novas tecnologias de informação”; mas, ao mesmo tempo, mobilizando equipes preparadas para o acompanhamento dos estudantes, através de meios virtuais e/ou de forma presencial (nos polos de Educação a Distância), e, assim, perseguindo maior proximidade (e em menor tempo) entre os estudantes e as instituições proponentes de cursos a distância.

Como afirma Azevedo (1999), antes da Internet “tínhamos uma EAD que utilizava apenas tecnologias de comunicação de um-para-muitos (rádio, TV) ou de um-para-um (ensino por correspondência)”; após a Internet, então, “temos as três possibilidades de comunicação reunidas numa só mídia: um-para-muitos, um-para-um e, sobretudo, muitos-para-muitos” (AZEVEDO, 1999, p. 10).

Com a promulgação da Educação a Distância através da LDBE em 1996 o governo brasileiro criou maiores possibilidades para a atuação de instituições de ensino (públicas, comunitárias, privadas) na modalidade de ensino a distância, do que resultou, ainda durante aquela década, num crescimento significativo de oferta de cursos a distância: em 2002, o Brasil já tinha um total de 84.397 matrículas de ensino superior a distância, distribuídas em 60 cursos (em especial, os cursos de Pedagogia, de Matemática e de Ciências Naturais) autorizados pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) (BARROS, MENDONÇA, BLANCO, 2001).

Na década de 1990, portanto, a Educação a Distância já havia se tornado um espaço de ensino atraente para instituições privadas e, inclusive, para o próprio governo, que visualizou nessa modalidade de ensino uma forma de aumentar a escolarização de professores de escolas públicas, levando até esses (em especial àqueles localizados em regiões mais distantes dos grandes centros urbanos) a possibilidade de realização de um curso superior (CAMPOS, 2010, p. 5-7).

Durante a primeira década de 2000, a Educação a Distância continuou se expandindo no

Brasil, situando-se naquele contexto a criação da UniRede (Rede de Educação Superior a Distância), em 2000, com a intenção de reunir instituições públicas “comprometidas na democratização do acesso à educação de qualidade, por meio da Educação a Distância, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e extensão” (ALVES, 2011, p. 7); ou, então, a criação da Universidade Aberta do Brasil, em 2005, numa parceria entre o Ministério da Educação, os estados e os municípios, com o objetivo de oferecer cursos na modalidade a distância (ALVES, 2011, p. 7). Tendo em vista a oferta de educação de forma gratuita em regiões carentes do Brasil, em 2008 o Governo Federal criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ocasião em que foi criado no Estado do Rio Grande do Sul o Instituto Federal Farroupilha (IF Farroupilha), o do Rio Grande do Sul (IFRS) e o Sul Rio-Grandense (IFSul), que passaram a ofertar educação tecnológica e profissional em todos os níveis e modalidade, inclusive a distância (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, este artigo apresenta elementos de uma pesquisa que teve como objetivo *Analisar as implicações do Curso Técnico em Agricultura, integrante do Programa e-Tec Brasil, para a formação de agricultores e para o desenvolvimento da agricultura nos municípios de São Lourenço do Sul e de Canguçu*. Quanto à abordagem metodológica, o estudo desenvolvido se sustentou no *materialismo histórico*, tendo-se como base algumas categorias centrais: totalidade, historicidade, contradição, práxis e mediação.

O levantamento de dados secundários ocorreu através de pesquisa em documentos e sites que possibilitaram a identificação dos cursos a distância no Rio Grande do Sul, a partir do Instituto Farroupilha (Instituição responsável, na ocasião da realização da pesquisa, pelos Polos de Canguçu e de São Lourenço do Sul), sobre dados relativos ao processo de implantação, implementação e execução do Curso em Agricultura nos referidos Polos.

A obtenção de dados primários ocorreu a partir da utilização de algumas técnicas de pesquisa como

observação e a entrevista semiestruturada, da qual foi seguido um roteiro pré-definido (MARCONI; LAKATOS, 2006), com perguntas abertas e fechadas, aplicado junto a 22 estudantes dos Polos de Canguçu e de São Lourenço do Sul. Foram entrevistados, também, 19 profissionais junto ao Campus de Alegre, entre eles: cinco professores; seis coordenadores (um coordenador de Núcleo de Ensino a Distância: um coordenador Geral da Rede e-Tec; dois Coordenadores de Tutoria e dois coordenadores de Polo); dois Supervisores Pedagógicos; seis Tutores (três Tutores Presenciais e três Tutores a Distância). Ao todo, entre alunos e profissionais, foram entrevistados 41 sujeitos. Visando garantir o sigilo com relação aos profissionais e aos alunos entrevistados, a referência às entrevistas ocorrerá através de letras seguidas de números. Desta forma, para as entrevistas dos Professores será utilizada a letra “P” seguida de números (P1, P2, P3....); para os coordenadores e supervisores pedagógicos será utilizada a letra “C”, para os tutores presenciais e a distância será utilizada a letra “T”, também seguida de números e para os alunos será utilizada a letra “A”, seguida de números.

O instrumento utilizado durante a realização das entrevistas foi o *questionário*, considerado como “[...] um dos instrumentos essenciais para a investigação social cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado” (MARCONI; LAKATOS, 2006, p. 112).

No que se refere ao processo de análise dos dados qualitativos oriundos das entrevistas realizadas junto aos sujeitos utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, com base em Bardin (1977). Este processo apresenta três fases que consistem em: a) organização da análise ou pré-análise, da qual se organiza o material para as fases seguintes através da identificação de palavras e de frases significativas; b) exploração do material ou codificação, da qual se define as unidades de registro, se enumera e se organiza os dados a partir de categorias; c) tratamento dos dados e resultados, na qual o pesquisador apresenta suas inferências a partir da identificação dos significados e da interpretação dos

dados empíricos articulados com o referencial teórico. Para o processo de análise de frequência e de dados quantitativos, utilizou-se a técnica de tratamento estatístico simples, com base em Marconi e Lakatos (2006), que possibilitou a representação dos dados através de figuras como gráficos, quadros e tabelas.

No item seguinte apresentam-se alguns elementos relacionados com a Educação a Distância no meio rural. Na sequência, serão apresentados alguns elementos referentes ao Curso Técnico em Agricultura na formação de agricultores familiares nos municípios e Canguçu e de São Lourenço do Sul, especialmente no que se refere à percepção dos profissionais e alunos sobre esta modalidade de ensino. Ao final, apresentam-se algumas considerações sobre o tema.

## 1 Educação a distância em espaços rurais

Nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos de 1990, a Educação tem recebido destaque entre as políticas públicas brasileiras através de programas governamentais que visam ao desenvolvimento do país, especialmente através da disseminação da ideia da necessidade de sua democratização. Nessa perspectiva, têm sido criadas iniciativas que visem à expansão do acesso da população à índices mais altos de alfabetização e de qualificação profissional, especialmente a partir da Educação a Distância.

As bases legais para a modalidade de Educação a Distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, publicado no D.O.U. de 20/12/05 (que revogou o Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998) com normatização definida na Portaria Ministerial n.º 4.361, de 2004 (que revogou a Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998).

A partir da entrada em vigor da LDB, a Educação a Distância (EAD) passou a ser reconhecida como modalidade aplicável ao sistema educacional brasileiro, deixando de ser um simples

campo dedicado aos projetos experimentais ou emergenciais que visavam ao atendimento de determinadas demandas como as de jovens e de adultos excluídos do acesso e permanência na escola regular. O Decreto n.º 2.494/1998, que regulamenta o artigo 80 LDB (BRASIL, 1996, s/p), define EAD como sendo a forma de ensino que

[...] possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação, e expressa a sistematização dessa modalidade de ensino (BRASIL, 1996, s/p).

O Plano Nacional de Educação exigido pela LDB, que passou a vigorar em janeiro de 2001, com a aprovação da Lei 10.172/01, aborda a Educação a Distância e as Tecnologias Educacionais, referindo-se à modalidade de ensino “como um meio auxiliar de indiscutível eficácia” para enfrentar “os déficits educativos e as desigualdades regionais” (BRASIL, 2011, s/p). Somente em 2006, a partir do Decreto n.º 5.800, de 08 de junho, a Educação a Distância recebeu o *status* de um sistema institucional nacional, regulamentado e financiado como política pública de Estado. Através deste, foi instituído o sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil), voltado para o desenvolvimento da Modalidade de Educação a Distância com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e de programas de educação superior no País.

A Educação a Distância atualmente no Brasil é considerada como um sistema organizado e assumido pelas políticas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Ministério da Educação (CAPES/MEC) a partir do Decreto n.º 5.800 de 08/06/2006 (BRASIL, 2006). O Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, estabeleceu o reconhecimento no sistema oficial de ensino dos cursos ofertados na modalidade por Instituições credenciadas pelo MEC. Com isso, expandiu-se o processo de produção de cursos em Educação a Distância que, inicialmente, propunha-se a atender interesses e necessidades específicas de

formação de professores da Educação Básica e da Educação Superior, mas que, posteriormente, passou a ser utilizado como forma de expandir o sistema educacional em pontos remotos do País através da democratização do ensino.

A Educação a Distância tornou-se a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e de aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos conforme preconizado no Decreto 5.622, de 19.12.2005. No caso específico dos cursos desenvolvidos pelo Sistema Rede e-Tec, objeto deste estudo, não se pode ignorar o fato de que muitos dos mesmos estão localizados em municípios que, de modo geral, não tinham até então acesso próximo e fácil ao ensino profissionalizante (em nível médio) e ao ensino universitário. Mais do que isso, ao propor como análise um curso a distância destinado a populações residentes em espaços rurais, cujas vidas estão diretamente vinculadas à agricultura, não se pode ignorar que esses espaços historicamente foram “marginalizados” pelas políticas públicas, inclusive na área da educação.

Embora se reconheça a existência de uma valorização do meio rural, constata-se que questões como a infraestrutura ainda representam um problema grave em muitas localidades, principalmente no que se refere ao acesso aos recursos tecnológicos de comunicação e de informação. Para tanto, há necessidade de investimentos financeiros que propiciem a esta população o acesso a estas tecnologias de informação e de comunicação, contribuindo para que o meio rural seja considerado com um lugar onde há possibilidades de se viver bem, com qualidade de vida.

Neste sentido, a contribuição do sociólogo Pierre Bourdieu apresenta grande importância para a análise das contribuições da Educação a Distância no processo de formação escolar e profissional de agricultores familiares dos municípios gaúchos de

Canguçu e de São Lourenço do Sul. A produção teórica de Bourdieu tem uma contribuição que transcende em muito a área da educação. Uma primeira questão está relacionada ao tema das condições diferenciadas dos atores segundo sua origem social e familiar e as repercussões dessas condições nas atitudes e comportamentos escolares (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002). Para Bourdieu, portanto, os estudantes não são indivíduos abstratos, que se integram no processo escolar em condições igualitárias. Como o próprio Bourdieu afirma em sua análise sobre “a escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura” e referindo-se à realidade de seu País, a França, durante as décadas de 1960/1970 (BOURDIEU, 1998a), “um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na Universidade que o filho de um assalariado agrícola” (BOURDIEU, 1998a, p. 41).

Já nessa indicação fica claro que para Bourdieu as diferenças em termos de êxito ou de fracasso escolares não estão relacionadas com dons pessoais (constituição biológica e psicológica dos estudantes), mas, fundamentalmente, a sua origem social, que condiciona a situação dos indivíduos diante das exigências escolares. Mas, evidentemente, é preciso compreender os mecanismos através dos quais as diferenças em termos de origens sociais condicionam as trajetórias individuais dos estudantes no sistema escolar. E, nesse sentido, Bourdieu é claro:

[...] Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito (BOURDIEU, 1998a, p. 41-2).

Importante destacar aqui que, para Bourdieu, na medida em que não se reconhece que as ações individuais são “estruturadas” pelas condições

materiais objetivas, o resultado seria uma concepção que pouco ou nada de importância atribui às ações individuais. Bourdieu está preocupado em afirmar, contrapondo-se a visões subjetivistas, mas, também, a visões objetivistas, que os indivíduos são atores configurados socialmente (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002). E esse processo social não ocorre de fora para dentro (como decorre de uma análise estruturalista, segundo a qual as experiências subjetivas estão diretamente subordinadas às relações sociais objetivas), pois, para Bourdieu, os indivíduos incorporam, a partir de sua formação inicial (num ambiente social e familiar, correspondente a uma posição na estrutura social), disposições sociais para ação que estão diretamente relacionadas às posições que ocupam na estrutura social (incorporam *habitus*) (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

Ao destacar a herança cultural dos indivíduos, Bourdieu não nega a importância dos condicionamentos econômicos, mas destaca que é o “capital cultural” o que mais faz diferença na compreensão das trajetórias individuais nos sistemas escolares. Através desses “acúmulos” culturais (gostos, estilos, valores, estruturas psicológicas, acesso a bens culturais, informações etc.) os indivíduos têm recursos de poder que se equivalem e se destacam em relação a outros recursos (econômicos, por exemplo).

O próprio Bourdieu detalha a noção de capital cultural ao propor que se trata de um capital que pode existir sob três formas: capital cultural incorporado, capital cultural objetivado e capital cultural institucionalizado (BOURDIEU, 1998b). O primeiro implica uma interiorização (processo de socialização) que requer tempo, é parte integrante do indivíduo, vinculado inclusive às singularidades psíquicas e biológicas do mesmo.

O capital cultural objetivado, por sua vez, é materialmente transferível, pois está diretamente relacionado com as capacidades culturais que permitem o uso de bens culturais e/ou econômicos. É um tipo de capital cultural que, segundo Bourdieu, “só existe e subsiste como capital ativo e atuante [...] na condição de ser apropriado pelos agentes e utilizado

como arma e objeto das lutas que se travam nos campos da produção cultural [...] e, para além desses, no campo das classes sociais [...] (BOURDIEU, 1998b, p. 78). A seguinte passagem é esclarecedora:

Assim, os bens culturais podem ser objeto de uma apropriação material, que pressupõe o capital econômico, e de uma apropriação simbólica, que pressupõe o capital cultural. Por consequência, o proprietário dos instrumentos de produção deve encontrar meios para se apropriar ou do capital incorporado que é a condição da apropriação específica, ou dos serviços dos detentores desse capital. Para possuir máquinas, basta ter capital econômico; para se apropriar delas e utilizá-las de acordo com sua destinação específica [...] é preciso dispor, pessoalmente ou por procuração, de capital incorporado [...] (BOURDIEU, 1998b, p. 77).

Por fim, o capital cultural institucionalizado está relacionado ao capital cultural incorporado sob a forma de títulos, garantidos ou sancionados legalmente. O certificado escolar (um diploma), nesse sentido, é ilustrativo, pois expressa diferentes formas de reconhecimento institucional de capitais culturais incorporados (BOURDIEU, 1998b).

Para Bourdieu, a posse de um capital cultural contribui para explicar diferenças nas formas de inserção dos indivíduos no sistema escolar porque, em primeiro lugar, facilita a aprendizagem dos conteúdos e códigos escolares. Assim, por exemplo, para estudantes, filhos e filhas de agricultores familiares, que participam de uma formação escolar na modalidade de ensino a distância, ter computadores em casa, saber manuseá-los, ter acesso e conhecimento sobre os usos da Internet pode fazer uma diferença importante no processo de socialização implicado numa formação escolar a distância. Em segundo lugar, a posse de capital cultural pode ser determinante para o próprio conhecimento da estrutura e do funcionamento do sistema de ensino, o que pode diferenciar as estratégias dos indivíduos nas relações que estabelecem com o sistema de ensino, seja para atribuir maior importância a esse ou aquele processo de formação, seja para utilizar as próprias possibilidades que as estruturas de ensino oferecem.

Uma segunda questão central na contribuição de Pierre Bourdieu está relacionada com a análise do próprio “funcionamento” do sistema escolar (e, na sua leitura, contextualizada pelo período em que escreveu sobre, ou seja, década de 1970) e sua função de “conservação social”. Nessa direção, há de se perceber, em primeiro lugar, que o sistema escolar não é neutro. É não é neutro porque nem transmite um conhecimento “supostamente superior”, nem porque avalia os estudantes “a partir de critérios universais”, nem porque sua constituição atende a objetivos/interesses/visões de mundo consensuais dentro de uma dada estrutura social. Nessa direção, para o caso específico de análise neste estudo, é importante destacar que o Curso de Agricultura foi planejado a partir de diferentes concepções acerca da educação, da Educação a Distância, da importância da educação para agricultores familiares, da própria agricultura familiar.

A noção de “arbitrário cultural”, desenvolvida por Bourdieu, nesse sentido é esclarecedora. A partir dessa noção Bourdieu destaca que não há uma cultura superior em relação a outras e que os valores que orientam as ações em cada grupo são arbitrários. Assim, a cultura escolar não é superior em relação à cultura que os estudantes trazem a partir de suas experiências familiares e sociais anteriores; o valor atribuído à cultura escolar, assim, é arbitrário e seu reconhecimento requer um conjunto de condições que a própria escola desenvolve (de reprodução social) (BOURDIEU, 1998a).

Essa leitura referida pode levar a uma análise que enfatiza o caráter reprodutor do sistema escolar e, nesse sentido, há de se considerar as críticas feitas ao próprio Bourdieu (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002). Nessa direção, é preciso que se coloque a própria noção de “arbitrio cultural” como uma questão a ser discutida. Afinal, como se chega a definição de um projeto político-pedagógico? Quais são os “universais” e “necessários” que são nesse processo considerados? Em que medida eles expressam as diferenças (econômicas, culturais, sociais) presentes numa determinada realidade, contextualizada no tempo e no espaço? São questões importantes

enquanto questões de análise, não relativizando que os sistemas escolares pressupõem valores, normas, códigos de conduta, formas de construção do conhecimento, expectativas quanto à aprendizagem etc. e que essas amplas e diferentes dimensões do processo escolar são “arbitrárias”, no sentido de que resultam de construções sociais. As questões teóricas que Pierre Bourdieu levanta, nesse sentido, são questões importantes na análise apresentada neste trabalho, especificamente no que se refere ao curso técnico em agricultura na modalidade a distância e à formação de agricultores familiares, conforme apresentado no item que segue.

## **2 O curso técnico em agricultura e a formação de agricultores familiares nos municípios e canguçu e de São Lourenço do Sul**

O *Curso de Agricultura*, oferecido na modalidade de Educação a Distância nos municípios gaúchos de Canguçu e de São Lourenço do Sul está vinculado à Rede e-Tec Brasil, criada em 2011 através do Decreto número 7.589 (BRASIL, 2011), no âmbito do Ministério da Educação. Desta forma, foi revogado o Decreto nº 6.301, de 2007, que havia instituído o “Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil”.

O Polo de Educação a Distância ou Polo de Apoio Presencial é definido pelo Ministério de Educação e Cultura como o local devidamente autorizado para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância. A implantação dos polos de Educação a Distância nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul ocorreu no ano de 2009, a partir do Instituto Federal Farroupilha, visando à constituição de um núcleo de apoio pedagógico e administrativo do sistema Rede e-Tec Brasil. Para tanto, foi constituída uma estrutura física básica que contempla biblioteca, laboratórios de informática, salas de tutoria presencial, salas para as aulas presenciais, práticas de laboratório, dentre outras atividades necessárias ao andamento dos cursos.

Os Polos EAD de Canguçu e de São Lourenço do Sul abrigam cursos que são ofertados por diferentes instituições que, de forma partilhada, utilizam a mesma estrutura física e estão sob a abrangência da mesma coordenação de polo, que administra as atividades. Além do Curso Técnico em Agricultura, ocorrem outros cursos no município, os quais propiciam aos habitantes desta comunidade a qualificação em diferentes áreas, tais como: manutenção e suporte em informática, administração, agroindústria, biocombustíveis, contabilidade, entre outros.

Dessa forma, os recursos do FNDE são disponibilizados para a Instituição ofertante com base em um Plano de Trabalho Anual (PTA) que prevê o pagamento de coordenadores, de professores, de tutores, a aquisição do material didático, do material bibliográfico e do material de consumo utilizados para a realização das aulas práticas e *on line*, além de diárias destinadas aos encontros presenciais com os professores do curso. A responsabilidade da elaboração deste plano anual é do coordenador geral do programa da instituição, mas, em geral, ocorre a participação e a colaboração de toda a equipe, a fim de que não ocorram falhas na solicitação dos recursos necessários para o desenvolvimento anual dos cursos.

A instituição ofertante de um curso na modalidade a distância deve organizar os Núcleos de Educação a Distância (NEAD) de modo que eles apresentem algumas estruturas básicas, tais como: laboratórios de informática, estúdios de gravação/edição de multimídias, além de disponibilizarem os demais recursos educacionais necessários. Também é exigida a atuação, neste ambiente virtual de aprendizagem, de uma equipe de profissionais capacitados para atuar nesta modalidade de ensino, denominada de equipe multidisciplinar, que deve agir desde a gestão dos cursos até a produção de vídeo aulas e material didático, além da equipe coordenadora, docente e de tutoria.

O Núcleo de Educação a distância fica localizado no Campus, neste caso em análise, no

Campus de Alegrete, local onde ocorre a administração do curso e onde é preparado o material que é distribuído de forma virtual aos Polos de Canguçu e de São Lourenço do Sul. Os Polos de Educação a Distância, por sua vez, devem dispor de laboratórios de informática com internet que apresentem capacidade de possibilitar a comunicação *on line* entre o aluno e o seu curso, por meio da equipe que o assessora virtualmente.

A equipe efetiva designada pela Rede e-Tec Brasil para atuar no polo presencial é constituída por um coordenador de polo e um tutor presencial. A definição do Coordenador de polo ocorre de acordo com a Resolução nº 18, de 16 de junho de 2010, que lhe confere as atribuições necessárias para o desempenho de suas funções como bolsista FNDE e representante da Instituição no município polo de Educação a Distância. Para tanto, é exigido que o coordenador do polo de apoio presencial seja “[...] professor da rede pública, graduado e com, no mínimo, 3 (três) anos em magistério na educação básica ou superior”, sendo que, o mesmo receberá o valor da bolsa correspondente a R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) mensais enquanto estiver no exercício da função. No que se referem às atribuições do coordenador de Polo o referido documento explicita ainda que o mesmo deve:

[...] exercer as atividades típicas de coordenação do polo; coordenar e acompanhar as atividades dos tutores no polo; acompanhar e gerenciar a entrega dos materiais no polo; gerenciar a infraestrutura do polo; relatar situação do polo ao coordenador do curso; realizar a articulação para o uso das instalações do polo de apoio presencial para o desenvolvimento das atividades de ensino presenciais; realizar a articulação de uso das instalações pelas diversas instituições ofertantes e pelos diferentes cursos ofertados (BRASIL, 2010, s/p).

Quanto ao tutor, a Resolução nº 18/2010 especifica que o profissional deve ser “[...] selecionado pelas IPE vinculadas ao Sistema e-Tec Brasil para o exercício das atividades típicas de tutoria, sendo exigida formação de nível médio e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério.



Entre as obrigações conferidas ao tutor a Resolução nº 18, de 16 de junho de 2010 explicita que ele deve estar presente no polo para realizar as atividades presenciais conforme o cronograma de atividades, necessita estar presente na instituição de ensino para a realização de atividades *on line*, deve acessar regularmente o AVA para acompanhamento dos cursistas, além de elaborar relatórios de acompanhamento dos alunos. As figuras do coordenador de polo e do tutor presencial são fundamentais no andamento dos cursos, pois eles são os representantes da instituição junto aos alunos e responsáveis pelo desenvolvimento das atividades presenciais e *on line* do curso.

Outros atores figuram na Resolução Nº 18, de 16 de junho de 2010, que servem para o desenvolvimento dos cursos da rede e-Tec Brasil, tais como: Coordenador Geral da Rede e-Tec Brasil, Coordenador Adjunto, Coordenador de Tutoria, Tutor a Distância, Professor pesquisador e Professor Conteudista, que junto com o tutor presencial e o coordenador de Polo são Bolsistas do FNDE para o desenvolvimento do Curso.

Os profissionais entrevistados, quando questionados sobre a existência de uma experiência anterior com a EAD, evidenciaram, em sua maioria, (onze profissionais) que já possuíam experiência anterior ao curso e que já haviam participado de algum tipo de formação na área. Especialmente os professores evidenciaram possuir algum tipo de experiência em EAD, seja através da atuação profissional que exercem atualmente ou em outros espaços de trabalho. Outros evidenciaram ainda que esta experiência surgiu em decorrência do início das atividades de docência no curso em Agricultura na modalidade a Distância.

Somente um dos professores entrevistados relatou que não realizou a formação anteriormente ao início do trabalho em função da necessidade de iniciar com urgência sua atuação no curso, pois havia poucos professores, motivo pelo qual o mesmo foi capacitado posteriormente por tutores a distância. Nesse sentido, ressalta-se que está previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, do

Instituto Federal Farroupilha, que os docentes devem “[...] estar habilitados para ministrar aulas em EAD, por meio de formação antecipada ao início do curso, ofertada e certificada pelo IF Farroupilha” (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014, p. 122).

Um dos coordenadores também evidenciou que recebeu a formação através de colegas, conforme referido na entrevista: “*Recebi instruções sobre o funcionamento da plataforma moodle e sobre como utilizá-la, mas foi através dos colegas que já estavam trabalhando há mais tempo no curso, conforme as dúvidas foram surgindo e dependendo de cada situação*”. (C. 8).

Nenhum dos tutores entrevistados revelou possuir experiência em EAD antes de atuar junto ao Curso em Agricultura. Além disso, poucos deles evidenciaram ter realizado um processo de capacitação anterior ao exercício de sua função na tutoria dos alunos, pois, em sua maioria, os profissionais passaram a ter contato com a EAD a partir do início de suas atividades.

Preocupa o fato de se ter evidenciado uma falta de preparo dos tutores para atuarem em atividades de EAD, pois, inclusive, um dos tutores entrevistados relatou que não possuía experiência em EAD e que tampouco esse processo lhe foi proporcionado: “*Não possuía experiência em EAD, e não houve nenhuma capacitação*”. (T.2)”. Constata-se que esta realidade pode interferir na qualidade do ensino ofertado aos alunos que frequentam o Curso em Agricultura na modalidade a Distância, considerando-se que os tutores são responsáveis pelo acompanhamento dos alunos nas atividades presenciais desenvolvidas nos polos, especialmente daquelas que são disponibilizadas de forma *on line*. Por outro lado, há que se considerar, também, que esta realidade pode estar relacionada com o fato de que o ingresso destes profissionais no Sistema e-Tec Brasil ocorre mediante a comprovação de formação de nível médio e de experiência mínima de um ano em magistério. Da mesma forma, se evidenciou que alguns dos coordenadores também não possuíam experiência e que passaram a ter contato com a EAD

a partir da sua atuação: *Não tinha experiência antes, iniciei com a implantação no campus. Já fiz alguns cursos. (C.7).*

Ressalta-se que o processo de acompanhamento e de avaliação permanente dos polos é imprescindível, visando à melhoria da infraestrutura e à adoção de alternativas de gestão pedagógica importantes para o desenvolvimento das fases presenciais dos cursos a distância. Atenta a esta preocupação a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), por meio do Sistema e-Tec Brasil, está desenvolvendo ações de acompanhamento dos cursos através do Sistema de Acompanhamento e Avaliação do e-Tec Brasil (SAAS), que possibilita a identificação das potencialidades e das fragilidades da oferta de cursos e dos polos.

Em 2010 foi concretizada a primeira avaliação dos cursos e dos polos por coordenadores, professores, tutores e estudantes. Em que pesem as fragilidades evidenciadas, se reconhece o esforço e o empenho dos gestores da Rede e-Tec Brasil, bem como, das instituições ofertantes dos cursos, tendo-se em vista à melhoria contínua da educação Profissional e Tecnológica no País, ofertada por esta Rede.

Identifica-se que existe uma visão geral de todos os profissionais entrevistados de que a Educação a Distância é muito importante para a formação dos alunos. Com algumas exceções, independente da função que desempenham no Curso em Agricultura, os profissionais entrevistados foram quase unânimes em afirmar que acreditam que a EAD é “inevitável”, além de que ela oferece muitos benefícios e contribui para qualificar o processo de aprendizagem, conforme pode ser observado através do relato que segue.

Acredito que oportuniza ao aluno a escolha e gerenciamento de seu horário de estudo e trabalho, visto que “ter tempo” é cada vez mais difícil na sociedade contemporânea. Proporciona comodidade e versatilidade no local e momento de estudo. Leva educação profissional para mais cidadãos, contribuindo para a geração de oportunidades profissionais no mercado de trabalho, conduzindo ao

desenvolvimento e sustentabilidade para a nação brasileira. (C.6).

Nesse sentido, constata-se que os motivos alegados pelos alunos para a escolha do curso na modalidade EAD estão em consonância com as questões evidenciadas pelos profissionais, pois entre os mais variados elementos apontados prevaleceram àqueles relacionados com a possibilidade de conciliar o trabalho, a família e os estudos, conforme pode ser observado através da narrativa a seguir:

Devido à facilidade de organizar o tempo. Para atender a família trabalhar e estudar, se organiza o tempo para conciliar trabalho estudo e família. (A. 6).  
Horários flexíveis que permitem estudar em casa. Eu não poderia vir no ensino regular e nem frequentar um curso fora da cidade (A. 10).

Constata-se que existe entre os profissionais analisados a ideia de que a EAD facilita o acesso dos alunos à educação, especialmente daqueles que se encontram geograficamente distantes das instituições de ensino e que apresentam condições socioeconômicas menos favorecidas. Entretanto, se percebe que os relatos não apresentam uma análise crítica, ao contrário, reproduzem apenas o discurso de que a EAD é capaz de resolver todos os problemas que impedem o acesso e a permanência dos alunos nos cursos presenciais:

Percebe-se que nos últimos anos ela evoluiu muito com a credibilidade das instituições que ofertam esta modalidade, percebe um avanço da internet a busca de curso ela população mais carente dos lugares mais longe dos grandes centros populacionais. (C.7).

A análise da opinião dos profissionais sobre as possibilidades e limitações identificadas no processo de formação dos alunos do Curso em Agricultura, a partir da modalidade a Distância, evidencia que há diferenças entre as percepções dos mesmos. No que se refere às desvantagens do Curso em EAD as respostas dos professores entrevistados evidenciam que as mesmas estão relacionadas especialmente com aspectos como a estrutura física dos polos

presenciais, o material didático e os profissionais que atuam junto ao curso, conforme pode se observar:

Como desvantagens eu percebo que existe pouca preparação para o início do trabalho. A legislação não está de acordo com a realidade. Para os alunos vejo que as vantagens são a possibilidade de eles conciliarem o tempo de trabalho, a família e o estudo. (P. 2).

As desvantagens que existem são na infraestrutura do polo presencial que nem sempre está adequado. Existem atrasos dos recursos, o que acarreta atraso do material didático impresso. Também existe uma alta evasão dos alunos, que não estão preparados para enfrentar as dificuldades da EAD. Além disso, muitos profissionais ainda não estão preparados para o trabalho com esta modalidade de ensino. (P. 4).

Os profissionais analisados em geral evidenciaram inúmeras vantagens com relação à EAD, como a possibilidade de permanência dos estudantes em suas localidades, tanto durante o período de realização do curso como posteriormente, podendo, ainda, qualificar a gestão das propriedades. Entretanto, foram destacados aspectos relacionados com as dificuldades de acesso dos alunos ao computador e à internet, seja em função de que muitos deles não possuem o equipamento, ou porque não existem redes que possibilitem o acesso à internet no meio rural, conforme pode ser observado no relato que segue.

Como vantagens tem a otimização do tempo para formação profissional; a rápida difusão da informação; a atualização da informação; o aumento da comunicação entre profissionais em formação e profissionais já formados; o intercâmbio entre os alunos e o mercado de trabalho; a oportunidade de emprego para os profissionais recém formados; a profissionalização da mão-de-obra para desenvolvimento das regiões (municípios polos e arredores); a possibilidade de abertura de novas empresas relacionadas ao agronegócio. As desvantagens são que as aulas dependem da capacidade e da velocidade da internet da região em que o polo se encontra. Além disso, nem todos os alunos têm acesso à internet em casa, sendo que, alguns nem mesmo possuem computador. (C. 6).

Por outro lado, se percebe que os profissionais reconhecem que ainda existe um distanciamento entre as atividades presenciais e as que são realizadas a distância. Além disso, é evidenciado pelos profissionais que muitos alunos não possuem uma formação que lhes possibilite o acompanhamento dos cursos na modalidade a Distância, o que dificulta o processo de aprendizagem e provoca uma desmotivação que pode ocasionar uma propensão maior à evasão do curso:

As desvantagens é que existe ainda a falta de diálogo do presencial com o EAD, o que alguns ainda sentem falta. Muitos alunos estão ligados apenas à máquina, eles precisariam se reunir sem o professor para trocarem experiências, tipo um grupo de estudos orientados pelo tutor presencial. (C. 8).

Constata-se que muitos profissionais consideram importante a adoção das novas tecnologias no processo de aprendizagem, entretanto, reconhecem que existe a necessidade de uma articulação entre todos os atores envolvidos no processo, conforme relatado por um dos tutores:

A tecnologia sozinha não resolve todos os problemas; ela não pode ampliar a cidadania nem democratizar o acesso ao ensino se os profissionais envolvidos no processo não forem comprometidos com tais causas [...] Portanto, pensar em EAD significa pensar numa modalidade de ensino que tem o potencial de ser dialógica, democrática, participativa e que pode, dessa forma, ampliar o número de cidadãos que têm acesso à educação de qualidade. Qualidade que, como já foi comprovado, não será comprometida pela distância que envolve os mecanismos de EAD, pois por meio de currículos organizados por profissionais sérios, materiais educativos que envolvam interatividade e com a participação de tutores e professores especialistas, a EAD pode mudar os rumos da educação. (T. 5).

Os profissionais identificam mudanças significativas decorrentes do processo de implantação dos cursos em agricultura na modalidade a distância. Destacam-se especialmente os aspectos relacionados com o processo de profissionalização dos alunos; a possibilidade de desenvolvimento das atividades agrícolas; a criação de novos recursos

tecnológicos e investimentos para a Educação a Distância; a democratização da educação, o aumento de vagas e de cursos, possibilitando o acesso de um maior número de pessoas à formação acadêmica, em especial direcionada para populações que estavam excluídas deste processo; entre outros aspectos, conforme pode ser analisado no relato que segue.

Acredito que os cursos a distância ajudaram a melhorar a qualificação da mão de obra, aumentando o número de alunos que voltaram a estudar depois de estarem muito tempo fora da escola. Eles possibilitaram que os alunos que trabalham na zona rural frequentem um curso técnico dentro de sua área, o que pode contribuir para melhorar a sua propriedade (C. 3).

Os profissionais evidenciaram os principais desafios que necessitam ser enfrentados no que se refere à utilização da Educação a Distância. Entre os aspectos relatados destacam-se: a necessidade de capacitação dos profissionais que atuam nos referidos cursos; a realização de atividades presenciais nos polos, sem que haja a necessidade da presença dos professores; a dependência de recursos do Governo Federal, devido aos atrasos no repasse dos recursos financeiros e à burocracia; a dependência da manutenção dos polos presenciais às prefeituras; falta de reconhecimento e de credibilidade com relação aos profissionais que atuam nos cursos; a distância geográfica entre os municípios de Alegrete e de São Lourenço do Sul, o que dificulta o deslocamento dos professores para a realização de atividades presenciais; a manutenção da qualidade dos equipamentos e dos cursos ofertados; o aumento da oferta de atividades presenciais, entre outros aspectos.

Foram evidenciadas, também, questões relacionadas com a postura dos alunos que frequentam o curso no sentido de terem mais autonomia e de serem mais comprometidos com seu processo de formação, conforme a narrativa de um dos profissionais: “*O aluno precisa se tornar sujeito de sua própria aprendizagem e ter um perfil de autonomia*”. (P. 3).

Por outro lado, há que se considerar que os alunos também enfrentam dificuldades decorrentes de vários fatores, especialmente em função da falta de uma qualificação específica que lhes permita a utilização do computador para realizar as atividades regulares do curso. Mais do que aprender a utilizar o computador, os alunos que vivem na zona rural enfrentam inúmeras dificuldades em função da falta de acesso à rede de internet, o que ainda é um desafio para quem vive em locais afastados da cidade. Este fator acaba dificultando o contato dos alunos com os colegas e, especialmente, com os professores e tutores, conforme pode ser identificado em um dos relatos: “*A internet às vezes não funciona, e a distância dos professores também dificultou*. (A.7). Não ter às vezes respostas na hora e haver poucos tutores”. (A. 8).

Além da questão do acesso e do uso da internet, os alunos ressaltaram as dificuldades relacionadas com a necessidade de haver mais aulas presenciais e aulas práticas em função da distância geográfica que existe entre suas residências, o Polo e o Campus, conforme relatado por um deles: “*As aulas presenciais e práticas foram poucas, e assim não é possível a troca de informações e de dúvidas que só aparecem neste tipo de aula*”. (A. 16).

### **Considerações finais**

Através deste trabalho procurou-se analisar as implicações do Curso Técnico em Agricultura, integrante do Programa e-Tec Brasil, para a formação de agricultores e para o desenvolvimento da agricultura nos municípios de São Lourenço do Sul e de Canguçu. Nesse sentido, as reflexões de Pierre Bourdieu sobre o sistema escolar tiveram uma contribuição importante. Com base neste referencial teórico, parte-se do princípio que os alunos que frequentam o Curso em Agricultura na modalidade a Distância apresentam condições diferenciadas de ingresso e de rendimento no processo de aprendizado, devido às questões relacionadas com sua origem familiar e social, elementos que devem

ser considerados quando se analisa suas atitudes e comportamentos no referido curso.

Os indivíduos não possuem formas igualitárias de inserção no processo escolar, o que evidencia que o seu desempenho não pode ser atribuído somente aos seus “dons pessoais”, mas, especialmente, a sua origem social. Ou seja, cada pessoa possui um “capital cultural” (BORDIEU, 1998a; 1998b) transmitido a partir de seu núcleo familiar, composto por um sistema de valores que será determinante na definição de suas atitudes e de seu êxito ou fracasso no processo de aprendizado. Nessa perspectiva, há que se considerar que cada indivíduo possui determinados “acúmulos culturais” que diferenciarão suas trajetórias culturais durante seu processo de formação.

Ao se analisar os alunos do Curso em Agricultura na modalidade a Distância se reconhece que cada um deles possui um determinado *capital cultural incorporado* ao longo de suas vidas (BOURDIEU, 1994b), como, por exemplo, aquele relacionado com o processo de trabalho no meio rural desenvolvido juntamente com suas famílias. Estes alunos possuem, ainda, um *capital cultural objetivado* (BOURDIEU, 1994b), que foi incorporado materialmente durante seu processo de aprendizagem e que pode ser qualificado (ou não) a partir do referido curso em Agricultura da qual estão inseridos.

Por fim, a partir do processo de formação realizado no Curso em Agricultura na modalidade a Distância, os alunos poderão obter um *capital cultural institucionalizado* (BOURDIEU, 1994b), que será incorporado sob a forma de um título (certificado e/ou diploma) que lhes garantirá um reconhecimento institucional de novos capitais culturais que foram incorporados durante o processo de qualificação profissional.

Nesse sentido, a forma como o capital cultural foi sendo adquirido ao longo das trajetórias de vida dos alunos analisados lhes garantirá condições diferenciadas, tanto no processo de aprendizagem, como, por exemplo, no que se refere ao uso de tecnologias de informação como o computador e a

internet, bem como, sobre o próprio reconhecimento das questões relacionadas com a estrutura e o funcionamento do curso. Por este motivo, observou-se que há posicionamentos diferenciados dos alunos com relação à importância do curso para suas vidas, bem como, sobre a forma como cada um deles avalia o próprio processo de formação disponibilizado.

Com base nas contribuições de Bourdieu procurou-se analisar o processo de ingresso, de permanência e de aproveitamento dos estudantes que realizam o curso de Educação em Agricultura na modalidade a distância, tendo-se presente suas condições sociais e suas características individuais. O Curso em Agricultura, objeto desta análise, é ofertado para indivíduos que possuem ligação com espaços rurais de dois municípios localizados na Região Sul do Rio Grande do Sul, Canguçu e São Lourenço do Sul. Estes alunos, em sua maioria, são filhos e filhas de agricultores familiares, sendo que, alguns deles, continuam exercendo atividades agrícolas juntamente com suas famílias.

Constata-se que a Educação a Distância pode ser uma das estratégias adotadas para suprir as necessidades de formação de jovens e adultos que vivem no meio rural, tornando-os mais qualificados para o exercício de atividades produtivas no setor agrícola. Entretanto, embora a proposta do Programa e-Tec Brasil seja de democratização do ensino, identifica-se que nem todos os sujeitos que são considerados como “público-alvo” do curso possuem acesso ao mesmo. Nesse sentido, pode-se concluir através desta análise que a educação, tanto pode contribuir para a autonomia e emancipação dos sujeitos, como pode contribuir para a reprodução e até mesmo legitimação das desigualdades sociais (BORDIEU, 1984).

Da mesma forma, há que se considerar não somente o acesso dos alunos ao curso, mas a garantia de outros elementos que são fundamentais nesse processo, como o acesso às tecnologias de informação, o transporte para seu deslocamento, além da oferta de uma metodologia de ensino que seja compatível com sua realidade. Devem ser consideradas também as características familiares,

culturais, sociais e econômicas destes sujeitos, fatores que são fundamentais para a garantia de que eles possam se manter estudando e obtendo um bom aproveitamento do curso.

## Referências

- ALVES, Lucineia. *Educação a Distância: conceitos e história no Brasil e no mundo*. São Paulo, Revista da Associação Brasileira de Educação a Distância, v. 10, p. 83-92, 2011.
- AZEVEDO, W. *Muito além do jardim de infância: o desafio do preparo de alunos e professores online*. Revista Brasileira de Educação a Distância, Rio de Janeiro, v. 6, n. 36, set.-out. 1999.
- BARDIN, Lourence. *Análise do Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, Ricardo Paes de, MENDONÇA, Rosane, BLANCO, Mauricio. *O mercado de trabalho para professores no Brasil*. Brasília: IPEA, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 39-64.
- BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). *Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998a, p. 71-80.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social - notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998b, p. 65-70.
- BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB 9394/96*. (1996). Brasília: Congresso Nacional, 1996.
- BRASIL. [Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). (2008). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)>. Acesso em: 20 de mar. de 2015.
- BRASIL. *Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011*. (2011). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm)>. Acesso em mar. 2015.
- BRASIL. *Resolução Nº 18, de 16 de junho de 2010*. (2010). Disponível em: <[www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3400](http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3400)>. Acesso em: fev. 2015.
- CAMPOS, Marli Delfino. *A contribuição da educação a distância para o desenvolvimento organizacional*. IX Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 2010. Disponível em: <[www.convibra.com.br/dwp.asp?id=5222&ev=25](http://www.convibra.com.br/dwp.asp?id=5222&ev=25)>. Acesso em: 14 jan. 2015.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. *Educação a Distância*. (2014). Disponível em: <<http://www.iffarroupilha.edu.br/site/>>. Acesso em: dez. 2014.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2006.
- NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. *A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições*. Educação & Sociedade. ano XXIII, nº. 78, Abril/2002, p. 15-36.